

A Igreja Católica e o projeto educacional na Colômbia de La Regeneración (1880-1905)

La Iglesia Católica y el proyecto educativo en Colombia de La Regeneración (1880-1905)

The Catholic Church and the educational project in Colombia of La Regeneración (1880-1905)

GIOVANA ELOÁ MANTOVANI MULZAⁱ  

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar a história da Colômbia a partir do viés da História Política e da História da Educação, tendo como foco o período conhecido como *La Regeneración* (1880-1905). Trata-se de um momento da história colombiana marcado pela centralização do poder político e da atuação da Igreja Católica no sistema educacional daquela nação, cujo objetivo estava em promover o cumprimento da senda civilizadora que os presidentes do movimento regenerador visavam percorrer. O presente artigo, oriundo de nossa pesquisa de doutorado, ampara-se na análise da documentação escrita referente ao projeto educacional de *La Regeneración* fundamentado na aliança do Estado colombiano com a Igreja Católica.

Palavras-chave: Colômbia do século XIX. Educação civilizadora. Igreja Católica.

Resumen: El trabajo tiene como objetivo analizar la historia de Colombia desde la perspectiva de la Historia Política y la Historia de la Educación, centrándose en el período conocido como *La Regeneración* (1880-1905). Se trata de un momento de la historia colombiana marcado por la centralización del poder político y el papel de la Iglesia Católica en el sistema educativo de la nación, cuyo objetivo era promover el cumplimiento del camino civilizatorio que pretendían seguir los presidentes del movimiento regeneracionista. Este artículo, que surge de nuestra investigación doctoral, se basa en el análisis de la documentación escrita relativa al proyecto educativo de *La Regeneración*, basado en la alianza entre el Estado colombiano y la Iglesia católica.

Palabras clave: Colombia del siglo XIX. Educación civilizatoria. Iglesia católica.

Abstract: This paper aims to analyze the history of Colombia from the perspective of Political History and the History of Education, focusing on the period known as *La Regeneración* (1880-1905). This was a period in Colombian history marked by the centralization of political power and the role of the Catholic Church in the educational system of that nation, whose objective was to promote the fulfillment of the civilizing path that the presidents of the regenerator movement sought to follow. This article, which originated from our doctoral research, is based on the analysis of written documentation related to the educational project of *La Regeneración*, based on the alliance between the Colombian State and the Catholic Church.

Keywords: Civilizing education. 19th century Colombia. Catholic Church.

ⁱ Graduada (2019) em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Mestra (2022) em História Política pela mesma instituição. É doutoranda em História Política pela UEM. Desenvolve estudos em torno da História da América Latina. É membra do "Laboratório de Estudos em História das Américas" (LEHAM/UEM).

Considerações iniciais

O presente trabalho compreende um recorte das discussões promovidas em nossa tese de doutorado dedicada ao estudo da Colômbia do século XIX. A pesquisa comportou uma análise das relações institucionais estabelecidas entre a Igreja Católica e o governo da Colômbia nas décadas finais do século XIX em um período nomeado pelos historiadores como *La Regeneración* (1880-1905). O movimento regenerador foi idealizado e conduzido por figuras que se destacaram durante sua atuação no campo político: os presidentes Rafael Núñez (1880-1882; 1884-1886; 1886-1894) e Miguel Antonio Caro (1894-1898). Dentre as principais ideias dos ideólogos de *La Regeneración*, destacava-se a reorientação centralista do aparelho estatal, o qual se encontrara descentralizado e federalizado desde a década de 1860 em virtude da institucionalização do liberalismo no país (Martínez, 1996; Malagón Pinzón, 2007). Também advogavam pelo protecionismo econômico e pela homogeneização da cultura nacional sob os princípios do catolicismo. Políticos como Núñez e Caro ganharam espaço no debate público e alcançaram a presidência ao defender uma regeneração do país sob as premissas do Estado centralizado e católico (Cruz Rodríguez, 2010).

Embora o movimento regenerador tenha sido narrado pela historiografia do século XX como um período de retrocessos – tendo em vista a consolidação das ideias liberais e da pauta secularizadora em diversos países latino-americanos na mesma época –, novas abordagens produzidas nas últimas décadas buscam desconstruir essa perspectiva e analisar *La Regeneración* a partir das demandas e ideias de seu próprio contexto (Mulza, 2022). Os políticos de *La Regeneración* acreditavam poder superar as falências do liberalismo até então vigente através de uma reorientação centralista e católica do governo. E, defendiam um projeto de nação que buscava alcançar o progresso e a civilização da Colômbia – o que, em essência, era compartilhado pelos demais países do subcontinente que haviam se originado do domínio ibérico. Naquela Colômbia finissecular, a organização do movimento regenerador parecia para muitos a chave para um futuro próspero (Múnera, 2005).

Nas décadas que compreendem o período de *La Regeneración*, foram tomadas uma série de medidas institucionais para implementar tais pautas. Dentre os principais marcos, deve-

se mencionar a homologação de uma nova constituição em 1886, a qual teve vigência até o ano de 1991. Na carta, determinava-se o fortalecimento do executivo e se reduzia a autonomia das províncias a fim de revogar o princípio federalista dos governos liberais anteriores. Estipulava-se que o governo protegeria a economia e incentivaria a produção nacional diante do ingresso das mercadorias estrangeiras (Colombia, 1886).

Além de regenerar o Estado e a economia, os representantes do movimento defendiam uma “regeneração da raça colombiana” (Froysland, 2008). Para isso, Núñez lançou um programa sanitário para recuperar a saúde dos pobres e desafortunados que perambulavam nas grandes cidades, o qual contava com campanhas sanitárias e de vacinação. Na prática, isso significou o cerceamento de liberdades, o controle rigoroso dos ambientes públicos e o encarceramento de prostitutas e pedintes. O político também idealizou uma regeneração moral que contava com a incorporação dos princípios católicos pelos habitantes do país. Tratava-se, em resumo, de um programa de recuperação física e espiritual do cidadão colombiano. No rol desse projeto civilizatório defendido pelos presidentes regeneradores, a Igreja Católica vista como uma peça principal: ela seria responsável por evangelizar os povos indígenas e educar os colombianos nos moldes da ética católica (Blanco Mejía, 2009). Para firmar a aliança do Estado e da Igreja, foi firmada uma Concordata em 1887 entre o presidente Rafael Núñez e o então Papa Leão XIII, a qual conferia diversas prerrogativas e privilégios para aquela instituição religiosa. O documento atribuiu um relevante papel ao catolicismo no campo da instrução e da civilidade dos indígenas.

O investimento em uma educação católica na Colômbia foi tomado como fundamental pelos políticos regeneradores. Muito mais que criar indivíduos moralmente virtuosos, acreditava-se igualmente poder criar cidadãos devotos à nação. As autoridades políticas desse momento imaginaram um Estado-Nacional baseado nas teorias do organicismo europeu, segundo as quais a sociedade era análoga a um organismo vivo com capacidade de evolução. Caso os colombianos se dedicassem veementemente a estudar e a incorporar as virtudes religiosas, a nação introduzir-se-ia na senda do progresso, da civilidade, do desenvolvimento, da paz e da ordem. Os documentos institucionais e os jornais de instrução – emitidos no período para orientar os professores e os diretores das escolas primárias e secundárias – denotam essa dupla preocupação. Alguns jornais católicos da época – como o periódico *La Unidad Católica* – também apresentam essa ideia.

Nesse trabalho, apresentaremos o contexto internacional que culminou na aliança entre a Igreja Católica e *La Regeneración*, assim como seus desmembramentos para a história da educação da Colômbia no período que nos propomos a analisar. Desde já, cabe-nos afirmar que a Concordata (1887) será um ponto de partida para muitas das observações que realizaremos sobre este tema. As discussões, contudo, também contam com o estudo de outras fontes que remetem à atuação da Igreja Católica no campo educacional, como os manuais de instrução e alguns jornais do período. Para a problematização das fontes, baseamo-nos na metodologia da análise de textos proposta por André Cellard (2008). Para o referido autor, a compreensão da documentação deve compreender não somente sua leitura imediata, mas a reunião de um conjunto de informações referentes à autoria, ao contexto, à natureza e à possível intertextualidade do texto. A partir dessas premissas metodológicas, os documentos reunidos foram analisados com base no contexto político-cultural que o aspergiu a fim de identificarmos suas conexões com o tema de estudo proposto.

A Igreja Católica no sistema educacional colombiano: amparo moral e administrativo

Durante o século XIX, diversas nações ocidentais tomaram a educação escolar como caminho para a superação dos desafios exigidos pela modernidade. Na Europa, a erradicação do analfabetismo tinha dois objetivos imediatos: o ensino permitia a transmissão de técnicas importantes para o progresso industrial e, ao mesmo tempo, propiciaria a difusão do sentimento nacionalista. Não foi mera coincidência que a História enquanto disciplina foi sistematizada nesse mesmo período e se tornaria uma ferramenta basilar naquele sistema de ensino patriótico. O culto aos heróis do passado e aos grandes feitos da nação era parte integrante da formação do cidadão ocidental. Grande parte das teorias educacionais concebidas nesse mesmo período também reúnem esses objetivos utilitaristas.

[...] é característica indelével da pedagogia no século XIX, o embate teórico e a contribuição de pensadores como Hegel, historicista, e Herbart, realista, avessos ao romantismo de Pestalozzi, Schiller e Fröbel. Esta pluralidade de ideias e teorias caracterizam o pensamento pedagógico em várias partes do mundo, vinculado às particularidades do contexto a qual pertence. Inglaterra, França, Alemanha, Itália são alguns dos países onde a atividade pedagógico-educativa foi posta em prática, expondo em diversos níveis as relações entre educação, sociedade e política. Para além de ser o século da pedagogia, os Oitocentos foram marcados com a consolidação

da sociedade industrial na Europa. [...] os diversos países europeus vivenciaram mudanças e transformações em ritmos particulares para cada um. Embora com intensidades diferentes, a Europa atravessou “um processo de redefinição dos objetivos e dos instrumentos da pedagogia”. A difusão das tendências psicológicas, sociológicas e científicas deslocou por diversas vezes o enfoque dado à atividade educativo-pedagógica. Para a pedagogia então, são atribuídos novos papéis de atuação social e político, assumindo a finalidade de formação do cidadão embasada em preceitos cientificistas (Andrade, 2012, p. 179).

Na América Latina, as novas repúblicas oriundas do antigo Império espanhol também depositaram um importante papel na educação: ela seria uma das principais responsáveis pela criação de cidadãos modernos, civilizados e eruditos. Para a maioria das nações, o modelo educacional deveria ser importado da Europa, onde se encontravam em aplicação as principais teorias pedagógicas. Um dos maiores representantes dessa convicção foi o político argentino Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) – o qual alcançou a presidência da Argentina em 1868 –, quem viajou pela Europa e pelos EUA para estudar a educação estrangeira. Suas observações deram origem ao livro *De la Educación Popular* (1849), o qual guiou a reforma educacional implantada na Argentina nas décadas de 1860 e 1870. A obra de Sarmiento – que também foi difundida pelos demais países latino-americanos – é exemplificativa das esperanças e expectativas depositadas sobre o poder da educação para o futuro do subcontinente.

As escolas, os professores, os livros didáticos e as bibliotecas públicas seriam a chave para a introdução das nações latino-americanas no mundo moderno e civilizado – então representado pelo tecnicismo e industrialização (Pesavento, 1997). Na Colômbia, os liberais que conduziram a cena política entre 1863 e 1880 foram defensores da importação das premissas de uma educação técnica, moderno e laica. Para eles, as escolas eram centrais para a formação do cidadão colombiano civilizado que aplicaria seus conhecimentos para o progresso da nação. Uma das principais marcas dessa educação liberal foi a retirada do ensino católico e da intervenção da Igreja em assuntos educacionais. A reforma educacional enfrentou muitas críticas do Partido Conservador e, evidentemente, da própria Igreja. O ápice dos enfrentamentos se deu com a guerra civil de 1876, na qual clérigos, artesãos e conservadores se uniram para desbancar o liberalismo na Colômbia e retomar o passado protecionista e católico do país. Além de questionar a educação laica, a revolta criticava o extremo federalismo e a falta de proteção para a economia nacional, cujos produtos não conseguiam competir com os manufaturados importados. O conflito alcançou grandes proporções e inaugurou o declínio do período liberal

na Colômbia (Martínez, 1996). Para alguns pesquisadores, a guerra civil de 1876 foi fundamental para o posterior advento do movimento de *La Regeneración*.

Após a publicação do decreto de 1º de novembro de 1870, "orgânico da instrução pública primária", o governo enviou uma circular a todos os cônsules no exterior na qual eles eram obrigados a realizar um estudo detalhado dos sistemas educacionais de seus respectivos países de residência. Os cônsules deverão enviar ao Secretário do Interior, com a maior regularidade, os seus relatórios sobre os métodos de ensino mais frequentemente utilizados; a lista de disciplinas ensinadas nas escolas primárias; os textos pedagógicos básicos de cada disciplina; taxas de analfabetismo; os mecanismos de administração, manutenção e fiscalização das escolas; o número de escolas primárias em cada país; salários dos professores, detalhes de seus direitos e obrigações; "os incentivos usados para atrair jovens para carreiras docentes." Enquanto Proto Gómez, cônsul em Paris, escrevia detalhadamente ao Secretário sobre a situação educacional na França, "e Rafael Núñez, de Liverpool, enviava numerosos textos para a instrução popular", o cônsul em Berlim, Eustacio Santamaría, conseguiu recrutar vários professores alemães para a organização de escolas normais na Colômbia. O resto é conhecido: a reforma educacional radical, com sua tendência centralista e sua insistência na instrução laica, iria encontrar resistência de vários setores da Igreja e do conservadorismo, o que levaria à guerra civil de 1876-1877, um prelúdio para o colapso do poder liberal e uma longa dominação conservadora (Martínez, 1996, p. 126-127, tradução nossa).

Cabe frisar que o movimento regenerador não revogou as premissas de uma educação técnica e nacionalista, mas conferiu um papel político ainda mais expressivo para as escolas e os mestres: lhes competia criar cidadãos que, além de serem devotos ao catolicismo, seriam fiéis à pátria. O significado de ser cristão se confundia com os sentidos da identidade colombiana. Nesse cenário, diversos jornais expressariam a união entre as virtudes políticas e religiosas, como foi o caso do periódico *La Unidad Católica*:

“Ninguém imagina que nosso cristão há de fazer milagres ou ser um herói, nada disso; tudo se resume a ser simples e francamente o que significa o título com que honra e tem aqui como:

1º Ao passar diante de uma Igreja se descobre respeitosamente, a fazer com respeito o sinal da Cruz.

2º Quando se encontra com um eclesiástico o saúda, considerando que é um ministro de Nosso Senhor Jesus Cristo.

3º Não se intimide de acompanhá-lo publicamente, mas antes observe com respeito o que ele aceita neste momento.

4º Durante uma viagem, no mesmo momento em que partir o trem ou a carroça, faça o sinal da Cruz [...].

5º Antes e depois de comer, [...] faça o sinal da Cruz sem extravagância, mas não furtivamente como quem se envergonha, mas com naturalidade e facilidade.

6º Caso saiba que a um enfermo ninguém se atreve a lhe falar os sacramentos, nosso cristão o visita, e com prudência e maneiras educadas que ditam a boa educação e a caridade em Cristo, lhe fala de Deus que acalma, fortalece e cura, e da Virgem nossa Mãe, consoladora dos que sofrem e saúdo dos enfermos, lhe dispõe para que receba

sem demora a visita de um sacerdote e lhe fale com confiança; vá para ele e a ele acompanha, quantos infelizes morreriam no beijo do Senhor, se estivessem com eles um cristão como os nossos!

7º Não deixa passar sem correção ou protesto, qualquer palavra contra a Religião, a Igreja e os sacerdotes.

8º Quando for viajar, se seus recursos o permitirem, forneça folhas e livretos de propaganda católica, que esquece oportunamente, ou intencionalmente esquece no vagão, no alojamento etc., são uma isca lançada que alguém felizmente morderá.

9º Se abstém de leituras más ou perigosas [...].

10º Afirma sua fé diante de tudo e todos; em casa não omite as práticas piedosas tradicionais, como a oração diária em família do Santo Rosário; não permite a entrada de revistas ou escritos irreligiosos ou imorais; não aprovando ornamentos, imagens, impressões ou outros objetos capazes de provocar paixões. [...] afirma sua fé na rua com seu continente grave e modesto, afirma-se na Igreja com silêncio e recolhimento de votos; afirma na irmandade que é membro, na associação católica ou de caridade da qual pertence, portando-se sempre e em todos os locais como quem sabe que um cristão é feito espetáculo do mundo, dos anjos e dos homens e que vive sob a vista de Deus.

11º Nosso cristão se veste conforme sua posição social e idade, mas modestamente [...].

12º Nosso cristão, e sobretudo nossas cristãs, não se deixa dominar pela tirania da moda, nem fica deslumbrado pelo fascínio do luxo. O primeiro é uma frivolidade indigna de uma cristã, o segundo chega a ser a ruína de muitas famílias e caso se trate de modas indecentes, não a adotam nem para sim, nem para suas filhas, nem as permite em seus dependentes.

13º Nosso cristão sabe bem que não poderia sê-lo, sem a ajuda do alto, e que isto só é obtido mediante a oração contínua e fervorosa. Ore, então, e acompanhe suas orações de boas obras.” (La Unidad Católica, 1906, s.p.; tradução nossa).

A conduta do *cristão virtuoso* categoricamente descrita e sugerida pelo impresso *La Unidad Católica* em 1906 apresenta-nos os comportamentos que eram esperados deste católico colombiano: devoto às instituições e às autoridades e autor de boas condutas que demonstrem sua devoção. O caráter religioso das qualidades enumeradas pela fonte não nos impede de observar sua aplicabilidade no mundo secular: esperava-se que o homem colombiano também reproduzisse esta conduta catolicamente virtuosa no respeito às instituições e às autoridades políticas, agindo em benefício da nação. Esse jornal era publicado a cada dois dias e circulou entre 1906 e 1916, sendo considerado por seus editores como o “braço político da Igreja” ao divulgar os princípios da instituição e as resoluções tomadas em consonância com o Estado colombiano. O impresso também não se eximia de emitir duras críticas às ideias imorais que ainda circulavam na nação e corrompiam o espírito público – como o liberalismo e o socialismo. *La Unidad Católica* foi uma importante publicação do período vinculada à Igreja Católica e possuía objetivos não somente religiosos, mas compreendia conteúdos que também se enquadravam no projeto civilizador de *La Regeneración*. A passagem acima acaba por sintetizar o modelo de *homem civilizado* almejado pelos políticos da Colômbia regeneradora,

enumerando o padrão de conduta que seria religiosa e politicamente atraente para ambas as instituições envolvidas neste programa – o Estado e a Igreja Católica.

Na edição de n. 74 de 1910, a mesma prerrogativa é reiterada:

[...] o perigo que ameaça a Religião e a Pátria exige imperiosamente que as vontades se associem, que as forças católicas busquem a força na união para levantar uma barreira que contenha a onda do mal que nos vem abatendo. Que importa que esta união seja chamada de cruzada? É um nome muito simpático, recorda feitos heroicos, epopeias grandiosas do catolicismo; por isso os filhos da Igreja não podem toma-lo com indiferença, ao contrário, deve sentir orgulho de leva-lo. A luta de hoje não se realizará com as mesmas armas dos antigos cruzados; são outros os tempos e as necessidades distintas; nossa espada será a pluma, as tores e muros deverão ser levantados com livros e revistas (La Unidad Católica, n. 74, 1910, tradução nossa).

Esse periódico é exemplificativo de como a Igreja também se colocava na linha de frente da mudança na Colômbia. Além de conter o “mal”, a Igreja teria uma atuação ativa na sociedade através das letras e da educação, as quais regenerariam os colombianos. Nessa empreitada para a construção de sujeitos devotos às instituições, as escolas seriam relevantes para cultivar o domínio da técnica e da moral. Essa ideia foi reiterada em outras publicações do período, como apresentou o nono volume do jornal *La Aspiración* (1898): “[...] a base da cultura está na educação e a exemplifica, não procurando as sociedades, mas o fim único e último da humanidade, que é Deus. Ah Virtude: o dever mais bonito e mais grato da vida” (La Aspiración, 1898, p. 34; tradução nossa).

A Concordata firmada pelo Papa León XIII e Rafael Núñez em 1887 também apresentaria as preocupações do governo colombiano com a educação moral e civilizadora, sistematizando as atribuições da Igreja Católica para o bom funcionamento do sistema educacional. Conforme é definido nos artigos 11 e 12 do citado documento:

ARTIGO 11. A Santa Sé prestará seu apoio e cooperação ao Governo para que se estabeleçam na Colômbia institutos religiosos que se dediquem com preferência ao exercício da caridade, às missões, à educação da juventude, ao ensino em geral e a outras obras de utilidade e benefícios públicos.

ARTIGO 12. Nas universidades e nos colégios, nas escolas e nos demais centros de ensino, a educação e instrução pública será organizada e dirigida em conformidade com os dogmas e a moral da Religião Católica. O ensino religioso será obrigatório em tais centros, e se observarão neles as práticas piedosas da Religião Católica. (Colômbia, 1887, p. 2; tradução nossa)

Para além do amparo administrativo-financeiro, a passagem reitera a importância que a Igreja Católica desempenharia enquanto modeladora daquele homem católico civilizado: o documento encarregou-a de recristianizar a nação através do culto e da educação, outorgando-lhe o controle e o monopólio do ensino primário e secundário. Na prática, o clero católico iria adquirir autoridade legal para eleger os livros da religião e da moral cristã para todos os níveis de ensino, assim como receberia a faculdade de suspender e denunciar os instrutores e mestres que não respeitassem a doutrina católica. Também supervisionariam o ensino das técnicas para impedir que as “ideias perigosas” contaminassem a juventude colombiana. Estas concessões estiveram em sintonia com uma reforma educacional promovida pelos presidentes de *La Regeneración*, a qual também visaria expandir a educação mediante a construção de novas escolas municipais que seriam submetidas aos governadores das províncias. A reforma também determinava que, em cada município ou distrito, as escolas seriam monitoradas por um inspetor local – cargo que frequentemente foi ocupado por um sacerdote.

Alinhados ao texto da Concordata, nas últimas décadas do século XIX, seriam publicados diversos manuais-revistas para instruir os professores. Podemos mencionar os jornais *El Maestro de Escuela* (1899), *Repertorio Escolar* (1889-1892) e *Revista de Instrucción Pública de Colombia* (1893-1916), muitos dos quais eram disponibilizados nas escolas para consulta e orientação dos mestres e clérigos. Estes manuais evidenciam a importância que a educação passaria a ter para a Colômbia, pois muitos contavam com o financiamento do Estado – como a *Revista de Instrucción Pública de Colombia*. Eles visavam orientar os professores e diretores – tanto das escolas normais ou eclesiásticas, fossem elas urbanas ou rurais – acerca de como o sistema educacional deveria promover o projeto civilizatório regenerador.

O papel regulamentador do clero católico afirmado na Concordata de 1887 reaparece no segundo volume do manual *El Maestro de Escuela* que circulou em Cundinamarca em 1899, o qual contou com a supervisão Secretário de Instrução Pública – o geógrafo Francisco Javier Vergara y Velasco, também responsável pela organização das *Comisiones de Vigilancia para las Escuelas* dedicadas a inspecionar o conteúdo ensinado nas escolas. *El Maestro de Escuela* também estava subordinado ao governo colombiano e representava a preocupação do Estado em zelar o papel dos mestres enquanto exemplos de boa conduta moral e católica. As preocupações com a conduta dos professores também apareceriam no próprio subtítulo da revista *Repertorio Escolar – Órgano Oficial de la Inspección General de Instrucción Pública*

–, bem como nas instruções conferidas aos inspetores para monitorar aqueles mestres que “cometam falta grave contra a moralidade ou a decência pública, ou deem ensinamentos contrários à Religião Católica” (Repertorio Escolar, 1889, p. 04; tradução nossa). A função reguladora da Igreja Católica tornava-se cada vez mais urgente para as escolas: ainda no mencionado volume da revista *Repertorio Escolar* (1889), seriam listados os requisitos para realizar a contratação dos docentes, dentre os quais estava a obrigatoriedade do professor em “Ser católico, apostólico e romano, a julgamento das autoridades eclesiásticas.” (Repertorio Escolar, 1889, p. 03; tradução nossa).

Na *Revista de Instrucción Pública de Colombia* – que circularia entre 1893 e 1916 –, passariam a ser discutidos os programas educacionais a serem abordados no ensino primário, secundário e profissional: discutem-se temas do programa de direito, as fórmulas matemáticas para o estudo no *Observatório Astronômico Nacional*, tratados de botânica, as metodologias pedagógicas e diversos assuntos religiosos. O segundo volume deste impresso dedicou-se a falar, inclusive, dos *Delitos contra la religión y el culto* (Revista de Instrucción Pública de Colombia, 1893, p. 125), tema que deveria ser ensinado para a formação profissional nas *Facultades de Derecho y Ciencias Políticas*. Essa harmonia do ensino moral com as demais modalidades de ensino técnico também apareceria posteriormente em uma descrição das matérias a serem ministradas nas escolas secundárias de Cundinamarca que aparece no segundo volume da revista *El Maestro de Escuela* (1899):

“[...] as classes de Religião (Catequese, Moral e História Sagrada), Leitura, Escrita e Aritmética serão diárias; em todas as Escolas se ensinarão Urbanidade, [...] Canto, a Geografia do Município, Noções da História da Pátria, Noções de Agricultura ou de Indústria, segundo seja a ocupação dominante do Município.” (Vergara y Velasco, 1899, p. 29, tradução nossa).

Muitos destes conteúdos já haviam sido apresentados no volume inicial do supracitado jornal *Repertorio Escolar* (1889), no qual também seriam listadas as disciplinas dedicadas a “[...] propagar conhecimentos úteis ao progresso” (Repertorio Escolar, 1889, p. 1; tradução nossa): o ensino religioso, literário, matemático, natural – dentre os quais estavam localizadas as disciplinas de física, química e zoologia – e pedagógico – nos quais se inseriam história, lógica e psicologia. Para além da visível importância do catolicismo como baliza moral para o sistema educacional colombiano, podemos observar as funções atribuídas ao Estado e à Igreja enquanto instituições: competiria ao Estado fornecer amparo material para o ensino – a revista

Repertorio Escolar (1889) passaria longas páginas de seu primeiro volume listando o inventário das escolas masculinas e femininas a serem fundadas nas cidades e no campo – enquanto caberia aos clérigos fiscalizar os conteúdos e fornecer referencial moral aos alunos. Este tema reapareceria no segundo volume da revista *El Maestro de Escuela* (1899), na qual Francisco Javier Vergara y Velasco – então Secretário de Instrução Pública – estipulou que o Estado proporcionaria recursos financeiros para prover a alimentação, a moradia dos alunos, o mobiliário e a remuneração dos professores.

Estas incumbências inseriram-se na meta de construir indivíduos virtuosos, católicos e benevolentes às autoridades, inscrevendo-se no complexo dispositivo educacional idealizado pelos políticos regeneradores. Os níveis de desemprego e analfabetismo que marcaram a Colômbia durante grande parte do século XIX deveriam ser superados pela educação através da colaboração entre o Estado e a Igreja. A regeneração da sociedade dependia da aliança dessas duas instituições que renovariam, conjuntamente, a política, a economia e a moral nacional. A educação – e, mais especificamente, a educação moral católica – mostrava-se como uma interessante ferramenta conivente com as longevas pautas da Colômbia e que beneficiaria tanto o Estado colombiano quanto a Santa Sé. Esta mesma educação católica também ia ao encontro da credibilidade do catolicismo entre a população, convertendo-a na base da formação do cidadão civilizado. Estava claro para figuras como Núñez e Caro que a formação do homem colombiano dependia de uma educação religiosa mediada pelos professores e pelos manuais escolares em circulação (Malkún Castillejo, Márquez Estrada, 2015). Essas seriam as bases do projeto civilizador de *La Regeneración*.

O próprio presidente Miguel Antonio Caro sintetizou a importância da religião para a organização política e moral da Colômbia em seu discurso ao Congresso em 1898:

A República está comovida e devemos reconhecer que se requerem hoje grandes amostras de virtude, sacrifícios de amor próprio, vigorosa expressão de Cristianismo e Patriotismo, especialmente no seio da Representação Nacional, a fim de restabelecer a ordem moral perturbada e defende-la de novos assaltos ao império das instituições. [...] A duração das leis políticas, orgânicas do Estado, mantidas pelo acordo tácito e firme, pelo respeito dos povos, indica que uma nação está realmente constituída. A lei humana, a lei escrita é, por si só, ineficaz; somente é poderosa e santa quando sua origem é respeitável e respeitada, quando nos grandes acontecimentos da História se reconhece a ação de um poder divino que ensina, castiga e parabeniza as nações, e lhes concede ocasiões extraordinárias para se constituir e prosperar. Então a ordem legal é sólida, porque é apoiada na ordem moral e na fé religiosa da sociedade (Caro, 1898, p. 7-8, tradução nossa).

Ainda sobre a função administrativa clerical, a Concordata de 1887 também havia assinalado o ingresso de ordens católicas estrangeiras – tal como as congregações dos padres Eudistas, Maristas e Jesuítas –, as quais desempenharam um importante papel na educação moral almejada pela Igreja e pelos políticos de *La Regeneración*. Estas congregações estrangeiras auxiliariam a implementar o sistema educativo católico sob o pretexto de civilizar a população e evangelizar os povos indígenas (Martínez, 1996; Andrade Álvarez, 2011). É evidente que a “importação” das ordens eclesiásticas estava em consonância com as expectativas do poder político com o poder da religião: a vinda de numerosas congregações capazes de difundir o ensino católico tornava-se a melhor garantia de consolidar o princípio da autoridade e do respeito às instituições na nação.

A questão educacional possuía um significado muito mais que instrutivo: tinha um papel político bem delimitado na medida em que estava na base da renovação moral e técnica da sociedade e, a longo prazo, da própria nação. Na crítica de *La Regeneración* aos métodos liberais, a inserção da Colômbia no mundo civilizado e moderno conduzido pela Europa dependia do auxílio da religião e do apoio da Igreja Católica.

Considerações finais

Conforme visamos abordar neste trabalho, o projeto educacional de *La Regeneración* baseava-se em uma instrução cristã que ia ao encontro dos interesses civilizatórios das autoridades políticas e do propósito missionário das congregações religiosas em recristianizar aquele mundo em laicização através de uma educação católica. São por estes interesses que a aliança Estado-Igreja tinha coerência diante dos eventos que inscreviam aquele contexto: ambas as instituições acordadas visavam formar uma sociedade civilizada baseada nos princípios da religião e da nação. O catolicismo, assim, tornava-se um importante elemento de coesão social e de unidade para aquele território que tanto almejava ser “civilizado” e se emancipar das ingerências externas. Afinal, pertencer ao *rol das nações civilizadas* significaria deter o domínio da técnica, possuir ordem interna e atender aos princípios da modernidade industrial – cenário que somente seria alcançado mediante uma educação capaz de regenerar aquela sociedade.

A educação católica foi uma das ferramentas usadas pelos governos regeneradores para alcançar metas que geravam discussões na política colombiana deste o alvorecer da

república no início do século XIX. Se os liberais não haviam sido capazes de solucionar os altos níveis de analfabetismo e unir a sociedade, os regeneradores apostaram em outra alternativa que retomava o catolicismo como a base da identidade nacional. Durante grande do século XX, a Igreja Católica continuou tendo um importante papel na educação e, de uma forma geral, na sociedade colombiana. Durante os principais episódios de violência política e de guerra civis – como, por exemplo, durante o *Bogotazo* dos anos 1940 ou em meio à atuação das FARCS na segunda metade daquele século –, a Igreja e as ordens religiosas que estavam se fortalecendo na Colômbia desde 1886 tiveram uma importante atuação assistencialista e educacional. Desde o século XIX, a Igreja fora incumbida de alcançar os espaços que o Estado não fora capaz de preencher, fosse pela falta de recursos ou pela resistência da população para a atuação de outras organizações naqueles espaços. O caso dos povos indígenas é particularmente emblemático: o sistema de missões indígenas reimplantado pelos regeneradores em 1890 foi colocado sob a gerência dos religiosos, como assegurou a Concordata ainda em 1887. Ao longo da centúria seguinte, a política indigenista institucionalizada pelo Estado tinha como importantes defensores os próprios religiosos que estavam atuando diretamente sobre as comunidades originárias.

A Igreja via com grande interesse a aliança com o Estado colombiano. Em um contexto no qual as “ideias subversivas” difundiam pelo ocidente – sobretudo o socialismo, o liberalismo e o anarquismo –, a Santa Sé encontrava-se em franca decadência, não apenas no espaço público, mas também no imaginário e nas crenças. A laicização e a secularização de diversos países até então defensores do catolicismo significou um grande revés para Roma. O processo de fechamento que a Igreja percorreu a partir do Concílio do Vaticano (1869-1870) significou uma maior perseguição àquelas doutrinas perigosas e, em essência, uma resposta à perda de poder que ela verificava desde as reformas liberais de meados do século. Na América Latina, os processos de independência haviam prejudicado amplamente a influência da Igreja no cenário político e social. Um dos principais exemplos desse processo foi a Reforma Liberal do México, a qual contou com a desamortização e nacionalização dos bens da Igreja Católica nas décadas de 1850 e 1860. A perda de poder no México – um dos principais redutos da instituição católica no subcontinente até então – era exemplificativo desse fenômeno hemisférico. A possibilidade de reaproximar-se do Estado colombiano e desempenhar um expressivo papel na sociedade foi vislumbrada como vantajosa e necessária. Esperava-se que a Colômbia fosse

apenas o primeiro ponto de retomada daquela antiga força que a Igreja detinha no período colonial.

Os significados da aliança entre o Estado colombiano e a Igreja Católica no final do século XIX teve grandes impactos na história da educação no país. A religião foi considerada a chave para regenerar a raça colombiana e as escolas eram os locais para se promover esse processo. Os manuais escolares, as revistas de instrução e os jornais católicos eram as ferramentas que intermediariam a difusão dos valores e virtudes católicos tão advogados pelos membros daquele movimento.

Referências

ANDRADE ÁLVAREZ, Margot. Religión, política y educación en Colombia. La presencia religiosa extranjera en la consolidación del régimen conservador durante la Regeneración **HiSTOReLo**, *Revista de Historia Regional y Local*, v. 3, n. 6, julio-diciembre, 2011, p. 154-171.

ANDRADE, Mateus de Souza, et. al. A História da Educação no século XIX. **Cadernos de Graduação**, v. 1, n. 14, out. 2012, p. 175-181.

BLANCO MEJÍA, Oscar. **Fe y Nación en Colombia**. La Regeneración y el proyecto de una nación católica, 1885-1920. Universidad Industrial de Santander (Trabajo de grado para obtener el título de maestría en historia), 2009.

CARO, Miguel Antonio. **Mensaje del Vicepresidente de la República Encargado del Poder Ejecutivo al Congreso de 1898**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1898.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean, et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

COLOMBIA. **Concordato celebrado entre la Santa Sede y la Republica de Colombia 1887**. Disponível no seguinte endereço eletrônico com livre acesso:

https://www.cec.org.co/sites/default/files/WEB_CEC/Documentos/Documentos-Historicos/1973%20Concordato%201887.pdf Acesso: 15/12/2020.

CRUZ RODRÍGUEZ, Edwin. La nación en Colombia del Radicalismo a la Regeneración (1863-1889): Una interpretación política. **Pensamiento Jurídico**, n. 28, mayo-agosto, 2010, p. 69-104.

LA ASPIRACIÓN. **Educación es Instrucción**. Periódicos Moral, Religioso, Literario y Noticioso. Santana, Serie I, n. 09, octubre de 1898.

LA UNIDAD CATÓLICA. Religión y Patria. **Pamplona**, n. 74, 12 nov. 1910.

LA UNIDAD CATÓLICA. Un cristiano como ha de ser y que necesita. **Pamplona**, n. 33, 16

MALAGÓN PINZÓN, Miguel. La ciudad de Bogotá, su influencia en el origen del Federalismo Colombiano, y su régimen durante el liberalismo radical. **Vniversitas**, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, n. 113, enero-junio 2007, p. 259-286.

MALKÚN CASTILLEJO, William, MÁRQUEZ ESTRADA, José Wilson. Educar y Castigar. Dispositivos de control social en la estrategia de formación del ciudadano en Cartagena (Colombia): 1880-1900. **Memorias, Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe Colombiano**, año 11, n. 26, Barranquilla, mayo-agosto 2015, p. 213-249.

MARTÍNEZ, Frédéric. En busca del Estado Importado: de los Radicales a la Regeneración (1867-1889). **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, n. 23, 1996, p. 115-142.

MULZA, Giovana Eloá Mantovani. **A aliança da Igreja Católica com o Estado colombiano de La Regeneración**: em prol da autonomia e da civilidade. Maringá: Diálogos, 2022.

MÚNERA, Alfonso. **Fronteras imaginadas**. La construcción de las razas y de la geografía en el siglo XIX colombiano. Bogotá: Planeta, 2005.

nov. 1906.

PESAVENTO, Sandra. Nós e o Outros: As Exposições Universais e os Imaginários Europeus sobre a América. In: BESSONE, Tânia M. T.; QUEIROZ, Tereza A. P. (Coord.). **América Latina: imagens, imaginação e imaginário**. São Paulo: EDUSP, 1997.

REPERTORIO ESCOLAR. **Órgano Oficial de la Inspección General de Instrucción Pública**. Bogotá, año 01, n. 01, agosto 1889. Disponível no endereço eletrônico do “Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía” em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20Repertorio%20Escolar.%20A%20C3%20B1o%20I.%20N%20C3%20BAmero%20I.pdf Acesso em: 14/07/2021.

REVISTA DE INSTRUCCIÓN PÚBLICA DE COLOMBIA. **Delitos contra la religión y el culto**. Tomo I. Bogotá, Topografía de La Luz, año 1, n. 2, 1893, p. 125-127. Disponível no endereço eletrônico do “Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía” em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1893%20-%20Revista%20de%20la%20Instrucci%C3%B3n%20P%C3%BAblica%20de%20Colombia.%20Tomo%20I.pdf Acesso em: 19/07/2021.

REVISTA DE INSTRUCCIÓN PÚBLICA DE COLOMBIA. **Tomo I**. Bogotá, Topografía de La Luz, año 1, n. 1, 1893. Disponível no endereço eletrônico do “Centro Virtual de Memoria en Educación y Pedagogía” em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1893%20-%20Revista%20de%20la%20Instrucci%C3%B3n%20P%C3%BAblica%20de%20Colombia.%20Tomo%20I.pdf Acesso em: 16/07/2021.

SARMIENTO, Domingo Faustino. **De la Educación Popular** (1849). Buenos Aires: Biblioteca Quiroga Sarmiento, 2007.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. Circular Urgente. **El Maestro de Escuela**, n. 02, 1899, p. 28-30. Disponível em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-

[content/uploads/2015/12/1889%20-%20El%20Maestro%20de%20Escuela.pdf](http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20El%20Maestro%20de%20Escuela.pdf) Acesso em: 15/07/2021.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. Resolución número 1º de 1899. **El Maestro de Escuela**, n. 02, 1899, p. 25-28. Disponível em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20El%20Maestro%20de%20Escuela.pdf Acesso em: 15/07/2021.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. Resolución número 2º de 1899. **El Maestro de Escuela**, n. 02, 1899, p. 28. Disponível em: http://www.idep.edu.co/wp_centrovirtual/wp-content/uploads/2015/12/1889%20-%20El%20Maestro%20de%20Escuela.pdf Acesso em: 15/07/2021.